

**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC IRMÃ AGOSTINA
Técnico em Nutrição e Dietética**

**Geovanna Ferreira Rodrigues
Giovanna de Oliveira Pereira
Kesia Fagundes Silva
Noany Alves Silva**

**O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PERFIL ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DE ESCOLARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

São Paulo

2022

Geovanna Ferreira Rodrigues

Giovanna de Oliveira Pereira

Kesia Fagundes Silva

Noany Alves Silva

**O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PERFIL ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DE ESCOLARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Nutrição e Dietética da ETEC Irmã Agostina, orientado pelo Prof. Amanda Barbosa Neto como requisito parcial para obtenção do título de técnico em Nutrição e Dietética.

São Paulo

2022

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESCOLARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE FOOD AND NUTRITIONAL PROFILE OF SCHOOLS AT A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO.

RODRIGUES, Geovanna Ferreira¹; PEREIRA, Giovanna de Oliveira¹; SILVA, Kesia Fagundes¹; SILVA, Noany Alves ¹; BARBOSA NETO, Amanda²; SANTOS, Elizabete Alexandre dos³

¹ Discente do Curso em Nutrição e Dietética na ETEC Irmã Agostina, SP, São Paulo, Brasil.

² Docente do Curso Técnico em Nutrição e Dietética da Escola Técnica Estadual Irmã Agostina e do Centro Universitário Anhanguera de São Paulo. SP, São Paulo, Brasil.³

Monitora de estágio do Centro Universitário Anhanguera de São Paulo. SP, São Paulo, Brasil.

E-mail de contato: gnfgeovanna@icloud.com

RESUMO

Após ser declarada a pandemia COVID -19 em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, a mesma tem sido responsável por um impacto na saúde e na economia que repercutiu nos hábitos alimentares na população e gerou a vulnerabilidade. Nesse cenário exposto, é necessário ver a importância da referência familiar, que tem um enorme poder de influenciar durante o crescimento e também atuou no período pandêmico.

Foi realizada a pesquisa de campo, através da base de dados dos formulários aplicados nas escolas, que pretendeu analisar consequências da COVID -19 nos hábitos alimentares dos indivíduos e na vulnerabilidade econômica das famílias dos estudantes do ensino fundamental I.

De acordo com os resultados das nossas pesquisas, houve um aumento de aproximadamente 57,1% no consumo de ultra processados, no entanto é possível ver que dentre esses 58,3% receberam auxílio do governo, cujo a economia afetada deu-se a acessibilidade de alimentos mais baratos e de baixo valor nutricional.

Diante do exposto, concluiu-se que a insegurança econômica e nutricional aumentou devido a pandemia do Covid- 19 e hábitos criados pela mesma. Gerando o maior consumo de ultra processados e arriscando a garantia de boa alimentação escolar.

ABSTRACT

After the COVID-19 pandemic was declared in March 2020 by the World Health Organization, it has been responsible for an impact on health and the economy that has had an impact on the population's eating habits and generated vulnerability. In this exposed scenario, it is necessary to see the importance of the family reference, which has enormous power to influence during growth and also acted in the pandemic period.

Then, we verified the food profile and nutritional status of students from a public school in the city of São Paulo, aiming to receive government aid after the return of face-to-face classes.

Field research was carried out, through the database of forms filled in schools, which aimed to analyze the consequences of COVID -19 on the eating habits of individuals and the economic vulnerability of the families of public school students.

According to the results four surveys, there was an increase of approximately 57.1% in the consumption of ultra-processed foods, however it is possible to see that among these 58.3% received government assistance, whose economy was affected by accessibility. Of cheaper and less nutritionally valuable foods.

In view of the above, it was concluded that economic and nutritional insecurity has increased due to the Covid-19 pandemic and habits created by it. Generating the highest consumption of ultra processed foods and risking the guarantee of good school meals.

1. INTRODUÇÃO

A família é responsável pela formação do comportamento alimentar da criança através da aprendizagem social, tendo os pais o papel de primeiros educadores nutricionais. Os fatores culturais e psicossociais influenciam as experiências alimentares da criança, desde o momento do nascimento, dando início ao processo de aprendizagem. O contexto social adquire um papel preponderante neste processo, principalmente nas estratégias que os pais utilizam para a criança alimentar-se ou para aprender a comer alimentos específicos (RAMOS, 2000).

Para uma vida saudável, é de suma importância que sejam implementadas boas práticas alimentares na infância, nas quais são influenciadas pelas condições socioeconômicas e culturais, como a oferta de alimentos variados e com um bom valor nutricional, ambiente adequado às refeições, situação de vida das famílias, e percepção do estado nutricional da criança. (MARINHO, 2020).

De acordo com as pesquisas realizadas pelo IBGE em 2018, por conta da insegurança alimentar, 25,3% da população brasileira vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza. Com a COVID-19, as vulnerabilidades existentes foram ampliadas, visto que foram necessárias medidas de isolamento social, além da instabilidade de trabalho e renda das famílias, que influenciam conseqüentemente na redução do acesso aos alimentos, na piora da qualidade da alimentação, e a fome. Logo, medidas voltadas à garantia de renda emergencial estão entre as primeiras defendidas para a proteção social e promoção da segurança alimentar e nutricional. (JAIME, 2020).

Antes da pandemia da COVID-19, haviam 57 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar no país, sem acesso aos alimentos. Segundo a pesquisa realizada em

dezembro de 2020, pela Rede PENSSAN- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em abril de 2021, 116,8 milhões de pessoas passaram a viver em situações de vulnerabilidade nutricional, sendo que 43,4 milhões não tinham acesso ao alimento em quantidade suficiente, além de 19 milhões em situação de extrema insegurança alimentar, ou seja, a fome. (BANCO DE ALIMENTOS, 2021).

Um dos estágios de vida de maior vulnerabilidade biológica é a infância, tendo como princípio fundamental a nutrição adequada para garantir o processo de crescimento e desenvolvimento eutrófico e a manutenção de saúde. A inadequação de nutrientes interfere diretamente em tais processos, visto que é fator determinante no aparecimento de carências nutricionais que atualmente acometem 40% da população humana. (SÁ, Daniela 2011).

O objetivo geral do presente trabalho implica em verificar o perfil alimentar e o estado nutricional de escolares de uma escola pública do município de São Paulo. Em especificidade, aplicar o questionário socioeconômico para verificar o perfil alimentar, direcionado aos responsáveis referente à uma escola pública no município de São Paulo. Verificar o perfil alimentar de crianças que recebem auxílio governamental durante a pandemia. Aferir peso, estatura e verificar o estado nutricional.

2. DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Material e métodos

3.1 Delineamento do estudo

Tratou-se de um estudo de coleta de dados primários a partir da aplicação de questionário elaborado para avaliar o impacto da pandemia e insegurança alimentar dos escolares e coleta de dados antropométricos para avaliar o estado nutricional da população estudada.

A coleta de dados foi realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TLCE na escola pública localizada no município de São Paulo com os escolares de 6 a 9 anos matriculados no ensino fundamental I.

A coleta e análise do estado nutricional foi avaliada por meio do protocolo do SISVAN por meio do escore-z e curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde.

3.3 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado nos seguintes bancos de dados: Scielo (Scientific Electronic Library Online), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), UNICEF (Fundo das Nações Unidas da Infância), UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), CFN (Conselho Federal de Nutricionistas), PMC (PubMed Central), Anais da Mostra de Iniciação Científica do Cesua, RIUT (Repositório Institucional da UTFPR), FLACSO ANDES (Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais).

3.5 Treinamento

O treinamento de Antropometria teve uma carga horária de 4 horas, cujo conteúdo ministrado incluía: Peso, estatura, dobras cutâneas tricipital e subescapular, circunferências do braço, pescoço, pulso e cintura, além de recomendações sobre o comportamento e postura frente à criança.

O material facilitador de aprendizagem foi o recurso visual, data-show, elaborado no Microsoft Office Power Point®. Foram utilizadas figuras ilustrativas, imagens e o mínimo de texto possível, com o objetivo de tornar a explanação simples e acessível, sendo assim, foi

empregada uma linguagem fácil, visando ao máximo de entendimento por parte dos participantes.

O treinamento visou capacitar os avaliadores a compreender e a adotar as medidas corretas de coleta de dados antropométricos.

3.6 Antropometria

Após o treinamento, foi realizada a coleta de dados antropométricos. Antropometria foi realizada de acordo com o protocolo do SISVAN.

-Pesar e medir crianças de acordo com os procedimentos antropométricos elaborado pelo SISVAN.

- Avaliar os dados coletados a partir dos gráficos ou tabelas de crescimento infantil.

- Avaliar a orientação da curva de crescimento, segundo os índices antropométricos utilizados e registrar esses dados.

Equipamentos utilizados

- Balança digital, estradiometro, fita métrica e adipômetro.

3.7 Questionário

O questionário foi elaborado com base nas possíveis inseguranças alimentares ocasionadas pela pandemia de COVID-19.

Abordando de forma pontual e empática os seguintes quesitos:

- Consumo ou alterações no consumo dos pratos base (arroz, feijão).

- Alteração na aquisição

- Hábito alimentar

- Auxílios governamentais durante e após a pandemia

3.8 Aspectos ética da pesquisa

O presente estudo, sob a orientação da Prof^a Amanda Barbosa Neto, atende as normas éticas, de acordo com a Resolução nº 196 de 10/10/1996 sobre pesquisas científicas com seres humanos.

3.9 Resultados e Discussão

Participaram da pesquisa, 49 crianças, com idade de 6 a 9 anos, estudantes do ensino fundamental 1 da escola pública localizada no município de São Paulo, sendo 44,89% do sexo feminino e 55.11% do sexo masculino.

De um modo geral, a compra de produtos hortofrutícolas ricos em vitaminas e minerais, antioxidantes, parece ter sido fortemente restringida ou modificada durante a crise pandémica e, por outro lado, parece ter sido aumentado a compra de alimentos mais baratos, de baixo valor nutricional e com maior tempo de vida útil. (FRAGA, et al. 2021)

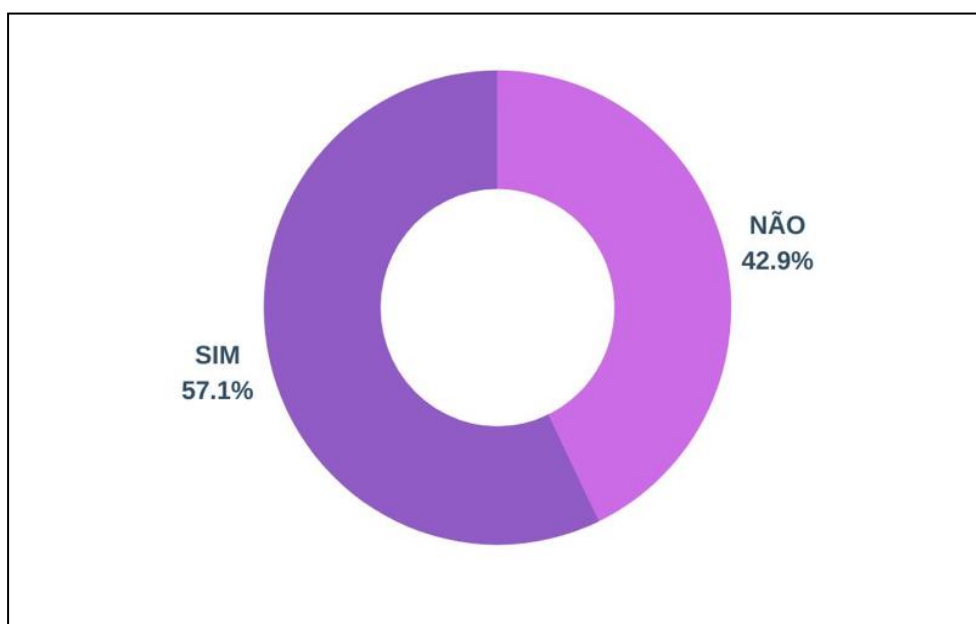
De acordo com o registro do questionário socioeconômico, 44,9% das crianças avaliadas apresentaram alterações no hábito alimentar. Sendo que 57,1% aumentaram o consumo de alimentos ultraprocessados, 12,2% reduziram o consumo do prato base, e 46,9% reduziram o consumo de frutas, legumes e verduras.

Quanto à insegurança alimentar, 57,1% dos indivíduos indicaram o recebimento de auxílio na aquisição dos alimentos durante a pandemia do COVID-19 (Cestas básicas, doação financeira, e refeição diária).

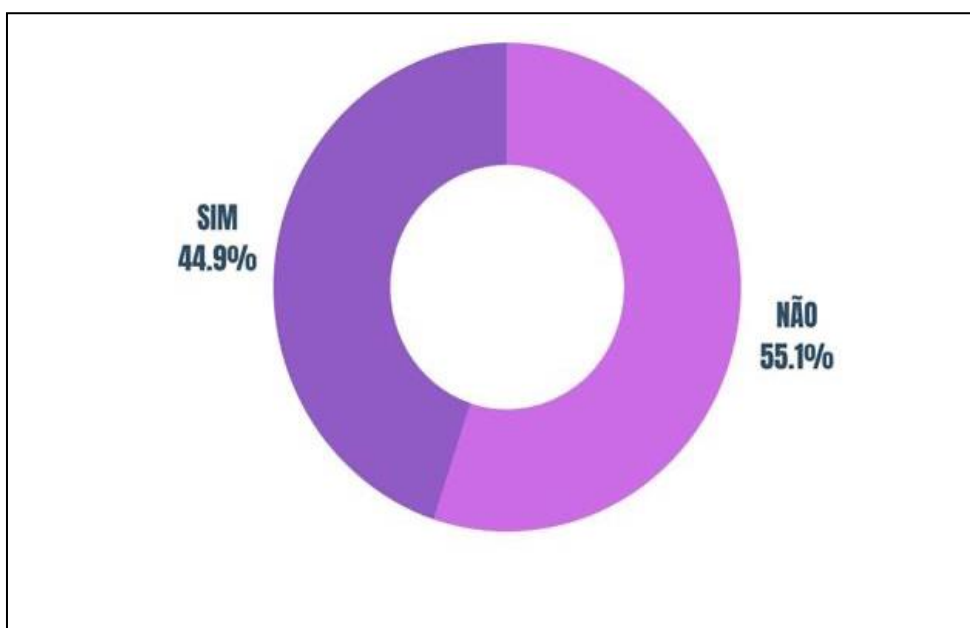
Quanto à auxílios governamentais (seguro desemprego, auxílio Brasil, e etc), 59,2% indicaram o recebimento após início da pandemia, sendo que 58,3% ainda se mantém com o auxílio.

Em dado durante o período de pandemia, houve considerável alteração de peso dentre as crianças, com 74,5% de aumento de peso, e 25,5% de redução. s antropométricos coletados, observou-se 18,6% de magreza acentuada, 60,5% de eutrofia, sendo 11,6% averiguados com sobrepeso, e 9,3% obesidade.

Gráfico 1: Percentual de pais que deixaram de comprar determinados alimentos durante a pandemia. São Paulo, 2022.



**Gráfico 02: Percentual do aumento de consumo de ultra processados por escolares.
São Paulo, 2022.**



**Gráfico 03: Percentual do consumo do Prato Base (arroz e feijão) por escolares.
São Paulo, 2022.**

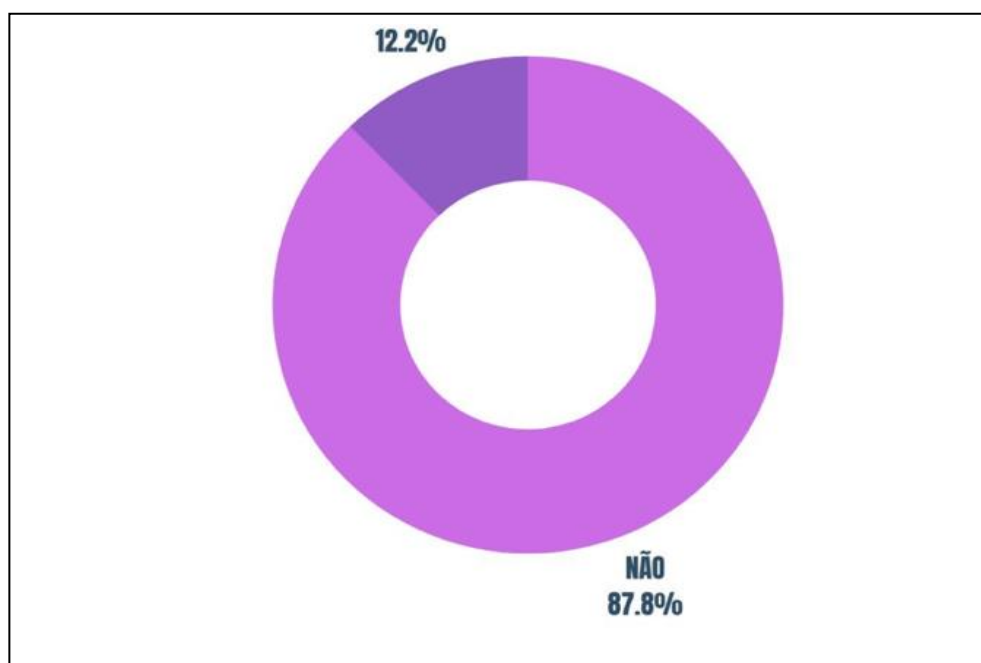


Gráfico 04: Percentual de redução do consumo de frutas, legumes e verduras de escolares. São Paulo, 2022.

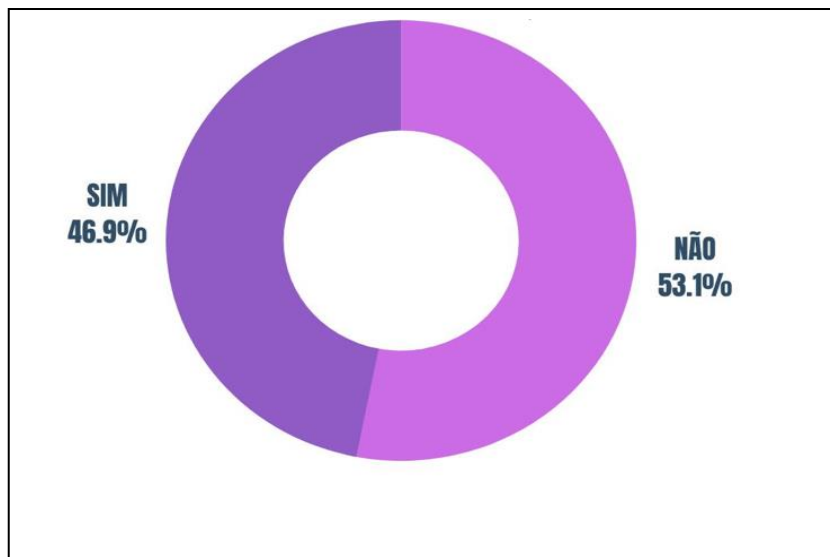


Gráfico 05: Percentual de auxílio na aquisição de alimentos. São Paulo, 2022.

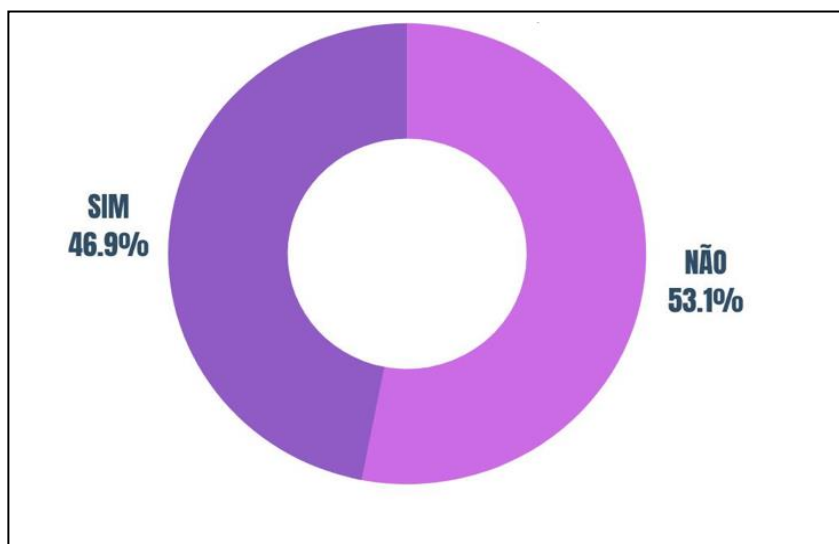


Gráfico 06: Percentual de indivíduos que receberam auxílios na pandemia. São Paulo, 2022.

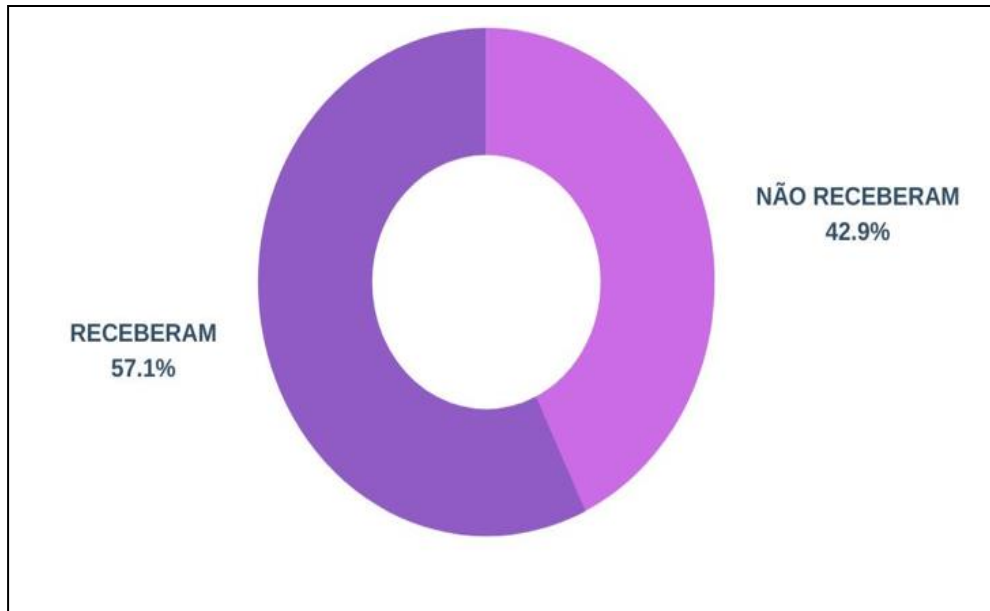


Gráfico 07: Percentual de indivíduos que recebem auxílios governamentais. São Paulo, 2022.

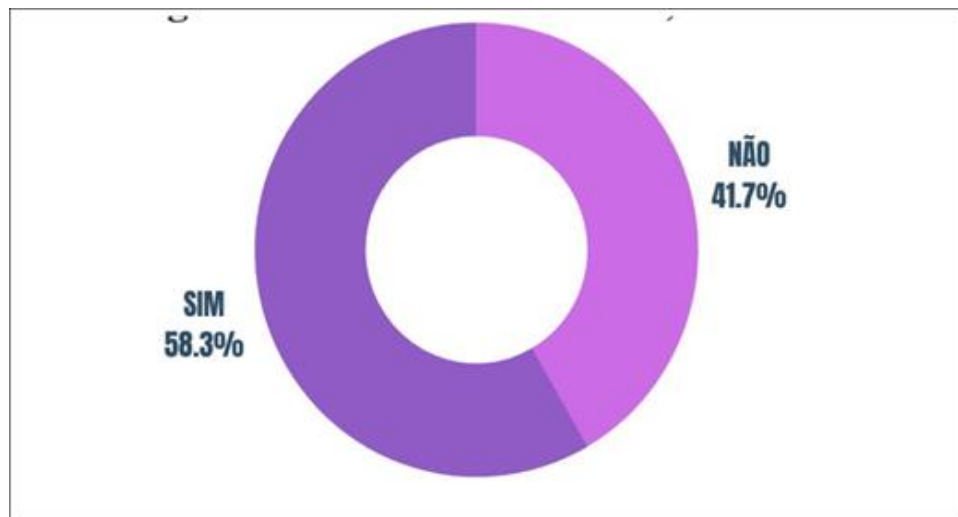


Gráfico 08: Percentual de alteração de peso dos estudantes durante a pandemia. São Paulo, 2022.

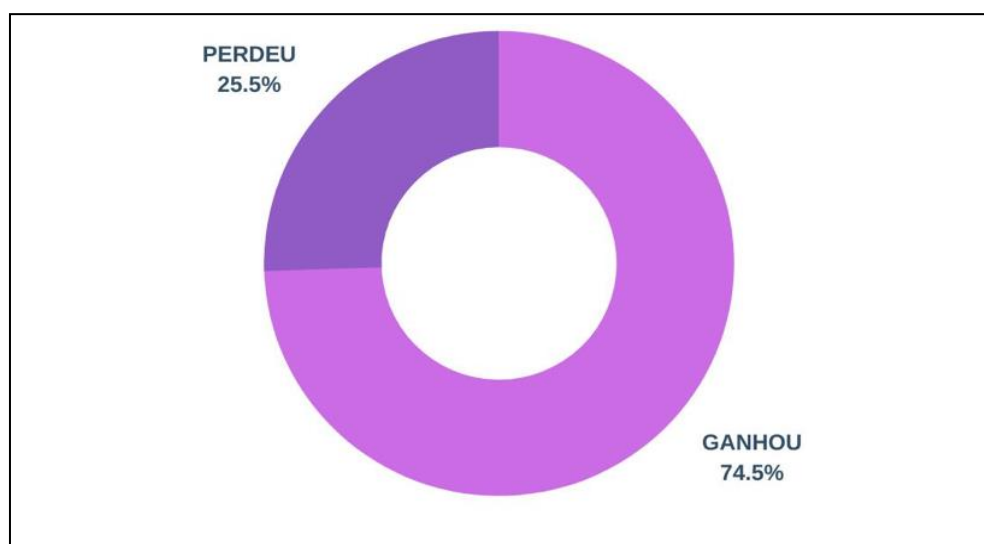
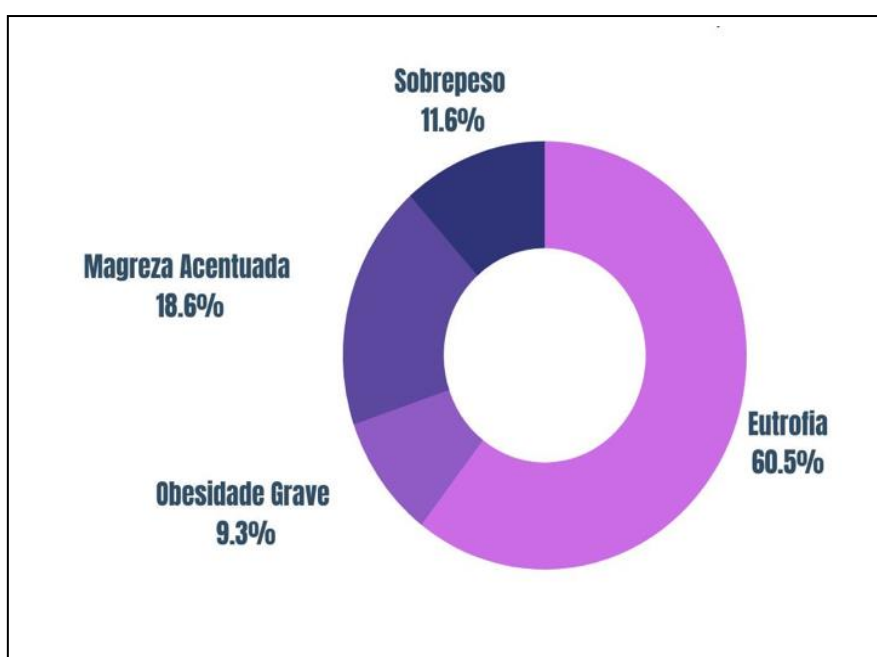


Gráfico 9: Percentual de IMC – Para Idade. São Paulo, 2022.



4.1 Vulnerabilidade Social e Econômica na Pandemia (Covid-19)

A pandemia provocada pela CoVid-19 tem se expandido e levado à uma grave crise mundial. A partir do contexto brasileiro, este ensaio objetiva reunir, sob a perspectiva da terapia ocupacional social, reflexões sobre essa pandemia com foco nas questões socioeconômicas e políticas. Concluímos que os impactos dessa crise possuem a marca da desigualdade, uma vez que expõem a população mais pobre a maiores riscos de contaminação e à intensificação das vulnerabilidades sociais. O Estado brasileiro tem empreendido uma micropolítica, que pouco responde às demandas desses grupos populacionais e imputa à classe trabalhadora uma conta que é estrutural do capitalismo.(BRINTA , 2021)

A volta das aulas presenciais e a implementação do ensino remoto emergencial, alunos e colaboradores da educação foram inseridos com uma realidade: a exclusão digital, que dificulta a aprendizagem , como aulas e avaliações pela internet. “Feito às pressas, o ensino remoto esbarra na falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos por parte de estudantes e professoras (es) , impossibilitando o estudo e o planejamento por parte do corpo docente sobre aulas à distância ...”, aponta Luísa Guedes, diretora do Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro) e professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental.. (FELIPE , 2020)

4.2 Auxílios do governo

No Brasil, as políticas sociais estão intimamente ligadas a promoção e acesso aos direitos sociais garantidos no art. 6º da Constituição de 1988, decorrente da luta da sociedade civil organizada: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (DIAS, 2021)

A pandemia de COVID-19 e a crise socioeconômica a ela associada expuseram a cara mais nítida da desigualdade no país e trouxeram desafios expressivos para as políticas públicas, especialmente para aquelas associadas à proteção social e à preservação do emprego e da renda. (TROVÃO, 2020)

De março a julho de 2020, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) contabilizou o fechamento líquido de 1.408.490 postos de trabalho (sendo -259.917 em março, -918.296 em abril, -350.303 em maio, -10.984 em junho e positivo em 131.010 em julho), enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua Mensal (PNADCM) observou o aumento da taxa de desemprego (de 12,2% para 13,3%), redução do nível de ocupação (de 53,5% para 47,9%) no período de março a junho, respectivamente. Este aumento do desemprego e consequente redução da população ocupada fez com que se reduzisse substancialmente o volume da massa salarial (representa o total de recursos destinado a remuneração de todos os trabalhadores no mercado de trabalho) no mercado de trabalho. (MONTE, 2020)

Como forma de minimizar o efeito da pandemia na sociedade e a perda do poder de compra do trabalhador, o Governo Federal, através da Lei No 13.982 de 2 de abril de 2020, instituiu os parâmetros de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício denominado Auxílio Emergencial (AE) durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo Coronavírus. O benefício foi de R\$ 600,00 podendo chegar a R\$ 1.200,00 no caso das famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa. (PINHEIRO; NATALINO, 2020)

O fechamento das escolas a partir de março/2020 devido à pandemia deixou um imenso contingente de estudantes sem acesso às refeições diárias fornecidas pelo PNAE, contribuindo para a InSAN de muitos dos escolares e suas famílias. Como consequência, o marco legal do programa foi alterado, autorizando que, durante a suspensão das aulas devido a emergência/calamidade pública, a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE possa ser feita diretamente aos pais ou responsáveis dos estudantes, a critério do poder público local. (GURGEL; SANTOS, 2020)

A alimentação escolar é um direito assegurado na Constituição Federal do Brasil, sendo dever do Estado garanti-la a todos os estudantes matriculados na rede pública de educação básica. A principal forma de realizar essa garantia ocorreu por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia pela COVID-19, medidas diversas têm sido tomadas para o controle da doença, dentre elas a suspensão de aulas presenciais, colocando em risco a garantia do direito humano à alimentação escolar na rede pública de ensino. (SPERANDIO; MORAIS, 2021)

4.3 Alimentação escolar

A alimentação desempenha um papel primordial durante todo o ciclo de vida dos indivíduos. Entre as distintas fases da vida pode-se destacar, como exemplo, a idade escolar, que se caracteriza por um período em que a criança apresenta um metabolismo muito mais intenso quando comparado ao do adulto. (SILVA, 2006)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como Programa de Merenda, é dentre as diversas situações nas quais as atividades educativas em nutrição podem ocorrer, uma área importante de atuação visando promover a saúde e possibilitando construir novos conhecimentos. (RIBEIRO, 2001)

Pelo PNAE garante-se a oferta de pelo menos 20% das necessidades nutricionais do aluno, conforme a carga horária de permanência do mesmo na escola. A legislação vigente do Programa preconiza a oferta de uma alimentação saudável e variada, com frutas e verduras, restrição de ultraprocessados e que respeite os hábitos e culturas regionais, sendo o cardápio elaborado e acompanhado por nutricionista responsável técnico. (MORAIS, 2021)

O PNAE se destaca por ser um dos maiores programas do mundo a abranger a alimentação escolar contemplando o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional (ARAÚJO, 2018)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), presente na totalidade das escolas públicas do país como um serviço ao qual poderiam ser incorporadas estratégias de intervenção, com vistas ao reconhecimento e consolidação de hábitos alimentares saudáveis. (SILVA, 2006)

Por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, o programa visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, bem como para a formação de bons hábitos alimentares. (SILVA, 2006)

A disseminação rápida e trágica da COVID-19 no Brasil levou à publicação da Lei nº13.987, de 7 de abril de 2020, que altera a Lei nº11.947/2009, marco legal do PNAE. A Lei nº13.987/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº02, de 09 de abril de 2020, autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios

adquiridos com recursos do Programa às famílias dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Esta Lei contempla a distribuição de alimentos já existentes em estoque e daqueles que vierem a ser adquiridos, enquanto as aulas presenciais estiverem suspensas em virtude do estado de emergência. (MORAIS, 2021)

O público-alvo do programa é caracterizado por alunos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental (1a a 8 a séries) da rede pública e das escolas mantidas por entidades filantrópicas, desde que estas estejam cadastradas no Censo Escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (SILVA, 2006)

Na idade escolar, a alimentação saudável desempenha um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento, em função do acelerado processo de maturação biológica e psicomotora. Assim, a formação de hábitos alimentares saudáveis é essencial durante o período escolar, para o qual estratégias de educação alimentar e nutricional são necessárias e a escola deve promovê-las. É nesse contexto que o PNAE propõe a realização de ações de educação alimentar e nutricional e a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais do aluno durante o período letivo. (ARAÚJO, 2018)

4.4 O impacto da pandemia na inserção de ultraprocessados na alimentação de escolares

Diante do cenário atual, a pandemia abriu portas para novos hábitos alimentares. O que incentivou os pais a ter maior atenção em relação à alimentação na fase infantil. Tendo em vista que essa faixa etária serve como pilar para o crescimento e desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo humano (VIEIRA et al., 2016).

E durante o período de enfrentamento da Covid-19, o cenário avaliado apresentou o confinamento dessas crianças que além de não terem contato com outras crianças, ficaram expostos as telas, que ocasionou na diminuição de exercícios físicos e aumento de ultraprocessados. (CFN, 2020).

E de acordo com o ambiente exposto, é possível ver a importância da referência familiar, que tem enorme influência nesse primeiro momento, e também no processo de aprendizagem. Gerando nos pais a busca por estímulos que possam ser utilizados para ensinar aos pequenos a consumir alimentos diversificados, e originando nos mesmos as preferências alimentares. (FARIA, COGHETTO et al., 2021)

CONCLUSÃO

Sabe-se que a alimentação é a base para uma vida saudável. Além de afetar a saúde física, implica a relação familiar, relacionamento com a sociedade, acesso aos primeiros agentes imunológicos, e saúde mental do indivíduo.

Dentre os dados obtidos, observa-se que o impacto da pandemia do COVID-19 perante o público infantil foi nitidamente prejudicial, associados aos âmbitos econômicos, sociais e saúde alimentar.

A pandemia do COVID-19 foi responsável por agravar parte da situação econômica e saúde no Brasil, causando uma alta taxa de mortalidade, pobreza e conflitos sociais. Como consequência, o público infantil teve a perda de grande parte de suas primeiras experiências, acesso à educação, alimentação, e em medidas extremas, o acesso à moradia. Quanto ao público adulto, com a perda de empregos e baixas fontes de renda, viram-se sem alternativa para auxiliar no crescimento saudável e consumo consciente de seus filhos, visto que a prioridade era sobreviver à temida pandemia.

Após o isolamento social, 74,5% das crianças apresentaram aumento de peso, indicando um possível índice de obesidade ocasionado não pela falta de alimentação, e sim pelo excesso de alimentos industrializados e ultraprocessados. Assim como, em determinados casos, indicaram 25,5% de perda de peso desde o início da pandemia, com um índice de 18,6% de magreza acentuada, comprovando que há uma vulnerabilidade social, econômica e alimentar até o ano de 2022.

Perante esse contexto, houve um aumento significativo de indivíduos que receberam e recebem auxílios governamentais. 59,2% receberam auxílio após o início da pandemia e 58,3% ainda mantêm-se com o auxílio. Há registros de indivíduos que receberam auxílio na aquisição de alimentos 57,1%, como cestas básicas e doações financeiras.

Isso reflete diretamente com a aquisição de alimentos na população, pois a maior parte dos indivíduos pesquisados, tiveram algum tipo de ajuda na sua renda financeira e diretamente na aquisição alimentar.

Considerados os valores fornecidos pelo governo para a sobrevivência da população, e o aumento de valores dos alimentos e mantimentos, infere-se que não são correspondentes, portanto, mesmo com o recebimento de auxílios, as famílias não supriam todas as suas necessidades de consumo, e conseqüentemente, priorizavam alimentos de baixo custo, em grande parte, ultraprocessados.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA; SIVIERO; MENDES; MOTTER; THEODORO. Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. Scielo, 2021. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=consumo+de+ultraprocessados+por+escolares&oq=consumo+d+e+ul#d=gs_qabs&u=%23p%3Dv9vOwurLbNkJ >. Acesso em: 30, de março de 2022.

BRITO , Augusto , Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento, 2020. Disponível em : <http://cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/32> > acesso em : 11 de março de 2022.

BORTOLINI; MOURA; OLIVEIRA. Guias alimentares: estratégia para redução do consumo de alimentos ultraprocessados e prevenção da obesidade. Revista Panamericana de saúde pública. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6913219/> >. Acesso em: 31, março de 2022.

COSTA, Ester et al. Programação de alimentação escolar: Espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. Revista nutri, Campinas 2001.

Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rn/a/XSL8XfGRSM38tjXc7CH3GHs/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 11 de março de 2022.

DANELON, Maria et al. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2006. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=alimenta%C3%A7%C3%A3o+escolar+&btnG=#d=gs_qabs&t=1654600179723&u=%23p%3DHDEgbQt6NvcJ >. Acesso em: 11, março de 2022.

DIAS, Elisabete. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma análise sobre a implantação e suas contribuições para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFOB, uma universidade “nova” no oeste baiano. FLACSO Andes, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/17844> >. Acesso em: 9, março de 2022.

FARIA; COGHETTO. Reflexos psicossociais e nutricionais da pandemia em crianças em idade escolar. Cesuca, 2021. Disponível em: < <https://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/2158> >. Acesso em: 31, março de 2022.

FELIPE, Luiz , Exclusão nada demora desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na Pandemia, 2020. Disponível em : <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180> > acesso em : 10 , março de 2022.

FERNANDES, Ana et al. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2014. < Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=alimenta%C3%A7%C3%A3o+escolar+&btnG=#d=gs_qabs&t=1654601010798&u=%23p%3D0VRR1W7PHT4J >. Acesso em: 11, março de 2022.

GURGEL; SANTOS. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. Scielo, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJKgrTxfT7rg6xGHdCQtyC/?lang=pt&format=html> >. Acesso em: 9, março de 2022.

JAIME, Patricia. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. Revista Ciência & Saúde Coletiva, julho, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n7/2504-2504/#> .

LISBOA. PNAE e suas adaptações em meio à pandemia da COVID-19: a creche como espaço promotor de direitos à alimentação adequada. UTFPR, 2021. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?start=100&q=impacto+da+pandemia+no+consumo+de+ultraprocessados+em+escolares&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&u=%23p%3DKG76WffkJcMJ >. Acesso em: 31, março de 2022.

MARINHO, Albertina Irlane. Percepção dos pais de uma comunidade em vulnerabilidade social sobre práticas alimentares: além da obesidade e da desnutrição infantil . 2020. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Saúde Coletiva, 2020. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/6581/1/Albertina%20Irlane%20Marinho.pdf>. Acesso em: 26/11/2021.

MONTE, Paulo. Auxílio Emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza. ANPEC, 2020. Disponível em: <

https://www.anpec.org.br/nordeste/2020/submissao/arquivos_identificados/105-1c9403577ef3d3dd8fa1ad114b268474.pdf >. Acesso em: 10, março de 2022.

Ong Banco de Alimentos. O Brasil que come, alimenta o que tem fome. Banco de alimentos, 2021. Disponível em: https://bancodealimentos.org.br/o-brasil-que-come-alimenta-o-que-tem-fome/?gclid=CjwKCAiA7dKMBhBCEiwAO_crFIx-iwABLInJ8oarKgLLf48Wqqu93Hc4Tb9kEE4n5yw1G6uFe5QERhOCb3AQAvD_BwE. Acesso em: 26/11/2021.

PEDRAZA, Dixis, et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. Ciência & saúde, 2018. <Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=alimenta%C3%A7%C3%A3o+escolar+&btnG=#d=gs_gabs&t=1654600229813&u=%23p%3Dqdp05npfh5UJ > Acesso em: 11, março de 2022.

PEIXINHO, Albaneide. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência & Saúde Coletiva, 2013. <Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=alimenta%C3%A7%C3%A3o+escolar+&btnG=#d=gs_gabs&t=1654601253725&u=%23p%3D7g8YPUJDI_AJ >. Acesso em: 10, março de 2022.

PINHEIRO; NATALINO. Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas de auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. Biblioteca virtual em saúde, 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1102237> >. Acesso em: 9, março de 2022.

RAMOS, Mauren e STEIN, Lilian M. Jornal de Pediatria (Rio J.). 2000; 76 (Supl.3): S229-S237: comportamento alimentar, nutrição infantil, preferências alimentares.. Disponível em: <http://www.jpmed.com.br/conteudo/00-76-s229/port.pdf>. Acesso em: 28/11/2021.

SPERANDIO; MORAIS. Alimentação escolar no contexto de pandemia. UNICAMP, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396> >. Acesso em: 10, março de 2022.

TRICHES, Rozane et al. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde e sociedade, 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=alimenta%C3%A7

[%C3%A3o+escolar+&btnG=#d=gs_qabs&t=1654600155533&u=%23p%3D4Sqa6OBaLWIJ](#) >. Acesso em: 10, março de 2022.

TROVÃO, Cassiano. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. UFRN, 2020. Disponível em: < <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROVÃO-2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf> >. Acesso em: 10, março de 2022.